



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO DE
SERGIPE – FANESE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CHRISTIANE CARMO DOS SANTOS

**O CONTROLE E A AUDITORIA DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR:
estudo de caso em escola pública de Aracaju**

**Aracaju - SE
2016.2**

CHRISTIANE CARMO DOS SANTOS

**O CONTROLE E A AUDITORIA DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR:
estudo de caso em escola pública de Aracaju**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Esp. Cantidiano Novais Dantas
Coordenadora de Curso: Prof^a. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo**

CHRISTIANE CARMO DOS SANTOS

**O CONTROLE E A AUDITORIA DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR:
estudo de caso em escola pública de Aracaju**

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Banca examinadora formada por:

Aprovada com média: _____

Profº Esp. Cantidiano Novais Dantas

Professor Avaliador

Professor Avaliador

Christiane Carmo dos Santos

Aracaju (SE), _____ de _____ de 2016.

RESUMO

O controle e a auditoria da merenda escolar são técnicas necessárias para a melhoria da qualidade de repasse dos mantimentos comprados para escolas, são utilizadas para descobrir se existe algo de errado durante todo o processo que se inicia nas aquisições dos mantimentos até o fornecimento da alimentação aos alunos. Verificam-se as aplicações de controle e auditoria pela Secretaria Governamental de Educação de Sergipe, com a finalidade de evitar desvios, excessos de compras dos alimentos e a falta dos mesmos. Através dessas técnicas é possível verificar, também, a validade dos mantimentos, a forma de armazenagem e a correta aplicação do cardápio definido, evitando desperdícios. A problemática da presente pesquisa é a utilização eficaz da técnica de controle e auditoria pela escola pública, facilitando o processo de gestão. O objetivo principal desse estudo é analisar a utilização das técnicas de controle e auditoria na escola pública de Aracaju. Os objetivos específicos são: apresentar as especificidades dos controles de recebimento, armazenamento e utilização dos mantimentos no preparo da merenda escolar; abordar sobre a importância da auditoria e controle de estoque de mantimentos da merenda escolar da escola pública; identificar as técnicas de controle e auditoria aplicadas na merenda escolar. A metodologia é pesquisa bibliográfica, com estudo de caso aplicando entrevistas com questionário. Os resultados apontam que o controle e a auditoria de estoque de mantimentos da merenda escolar são técnicas necessárias e importantes para que se atenda às necessidades dos alunos e, conseqüentemente, impactam na gestão eficaz das escolas.

Palavras-chave: Controle e Auditoria. Merenda Escolar. Gestão Escolar.

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE APÊNDICES

LISTA DE ANEXOS

1 INTRODUÇÃO	06
2 A ESCOLA NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	07
2.1 O Programa Mais Educação	09
2.2 O Fornecimento da Merenda Escolar para os Alunos da Escola Pública Estadual no Programa Mais Educação	10
3 O CONTROLE E A AUDITORIA NO ESTOQUE DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR	12
3.1 O Controle no Estoque de Mantimentos da Merenda Escolar	13
3.2 A Auditoria no Estoque de Mantimentos da Merenda Escolar	13
4 APLICAÇÕES DO CONTROLE E DA AUDITORIA NO ESTOQUE DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR	15
4.1. Análises Críticas das Aplicações dos Controles e Auditorias pela Escola Pesquisada	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
ABSTRACT	24

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Processos de Controles Adotados na Escola em Estudo	16
--	-----------

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE ÚNICO: Roteiro da Entrevista do Estudo de Casos	25
---	-----------

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Planilha de Controle da Merenda Escolar	26
---	-----------

ANEXO II: Planilha de Controle Mensal de Gêneros Alimentícios das Unidades Escolares	27
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

A merenda escolar é parte integrante do processo de ensino aprendizagem. Alguns fatores essenciais de sua gestão são: que haja garantia da qualidade dos alimentos comprados; que se implantem ações para evitarem compras desnecessárias e, conseqüentemente, que tais ações proporcionem reduções de despesas. Neste contexto, o problema desta pesquisa é: as escolas aplicam as técnicas de controle e de auditoria de estoques de mantimentos da merenda escolar de forma eficiente, utilizando-as como instrumentos facilitadores da gestão?

O objetivo geral deste estudo é analisar as aplicações de controles e auditorias nos estoques de mantimentos da merenda escolar, em instituição pública de ensino da cidade de Aracaju. Os objetivos específicos são: apresentar as especificidades do controle de recebimentos, armazenamentos e utilizações de mantimentos da merenda escolar em instituição pública de ensino; a importância da auditoria interna e externa para o controle dos estoques de mantimentos da merenda escolar em instituição pública de ensino; identificar a aplicação do controle e da auditoria dos estoques de mantimentos da merenda escolar em instituição pública de ensino.

A metodologia da pesquisa é bibliográfica e de estudo de caso, com aplicação de entrevista. Foram utilizados também sites confiáveis a exemplo do Ministério Público Federal, Ministério da Educação e Secretaria do Estado da Educação de Sergipe, que auxiliaram na ordenação das ideias apresentadas no decorrer do trabalho. É pesquisa de campo, com análises de documentos.

A justificativa para essa pesquisa é que a mesma contribui para identificar e analisar se existem os processos de Controle e Auditoria na instituição pública de ensino, pois, aborda a relevância da aplicação correta desses processos para o repasse e a qualidade da merenda escolar

2 A ESCOLA NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Enquanto lei complementar da educação, a lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, a LDB, no art. 9º, dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE, resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática. (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2016).

A Administração Pública deve sempre passar por aprimoramentos a fim de atender as demandas da sociedade como: reduzir a pobreza, melhorar a educação, aumentar a competitividade da economia, aumentar e conservar os recursos naturais e estender e expandir a cultura. (NASCIMENTO, 2010 apud PINTO; DA SILVA, 2015)

Para que o Estado desenvolva atividades sociais relacionadas à educação é preciso que se utilize de ações para as realizações das mesmas. Necessita-se construir métodos que ensinem ao cidadão a trabalhar e agir dentro da sociedade. O Estado funciona como órgão fiscalizador, visto que durante o processo educacional existem os professores, coordenadores e diretores, os quais são de fundamental importância para que esse processo seja próspero.

Segundo Silva (2003, apud Dourado, 2012), a administração pública é uma forma de organizar a escola pública de acordo com aspectos políticos, administrativos, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, objetivando deixar claro suas ações, criando um local onde a comunidade escolar tenha acesso aquilo que necessita dentro de suas necessidades.

A finalidade principal da administração pública é contribuir para o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e do objetivo maior do Estado: promover o bem-estar da coletividade. A administração pública, em sentido amplo, compreende: o governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito compreende apenas as funções administrativas de execução dos programas de governo, prestação de serviços e demais atividades. (PALUDO, 2015)

Atualmente, a administração pública escolar utiliza o termo gestão democrática, porque existe uma maior participação dos pais e alunos na gestão da escola. Essa participação se dá através dos conselhos escolares, que juntamente com a direção toma decisões importantes para a escola. A criação dos conselhos escolares demonstra que o governo se preocupa com a opinião do cidadão na gestão da escola a qual faz parte. Este aspecto ajuda na melhoria da qualidade do ensino público. (BRASIL VI, 2004)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n.º 9.394/96, no §3º, inciso VIII, reafirma o art. 206 da Constituição Federal, quando estabelece a “gestão democrática do ensino público”. O art. 14 da LDB determina, no inciso II: “a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (BRASIL V, 2005).

Conforme BRASIL I (2004, p.15): “gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão”. Enfatiza-se que:

A participação pode ser entendida, portanto, como processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização. Ou seja, não existe apenas uma forma ou lógica de participação: há dinâmicas que se caracterizam por um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. (BRASIL I, 2004, p.16).

Portanto, a criação dos conselhos escolares facilitou a gestão dos diretores das escolas, uma vez que com a ajuda dos conselheiros fica mais simples dirigi-las. Se todos que fazem parte da gestão escolar trabalharem em conjunto, será possível atingir o objetivo principal: ensinar com qualidade formando o cidadão para o futuro. (BRASIL VI, 2004)

Para iniciar o estudo do Controle e Auditoria de mantimentos na escola pública em questão, é preciso explicar que o fornecimento da merenda nessa escola ocorre pelo fato de existir o Programa Mais Educação, o qual será descrito no tópico a seguir.

2.1 O Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação é uma iniciativa do governo que possibilita muitos benefícios para os alunos, uma vez que, além do aprendizado com a grade escolar normal, abre-se uma infinidade de opções dentro da área esportiva e cultural. As aulas não são dadas pelos professores da escola, mas sim por monitores contratados de acordo com alguns pré-requisitos que serão elencados nos próximos parágrafos.

O referido programa foi criado em 2007 para atender, inicialmente, 1.380 escolas que apresentavam os piores resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e eram consideradas em situação de vulnerabilidade. De acordo com a proposta do programa, no turno oposto ao das aulas, os alunos têm acompanhamento pedagógico obrigatório. Contam, ainda, com café da manhã, almoço e lanche. (BRASIL VII, 2016).

O Programa Mais Educação é uma estratégia do governo federal para implantar a Educação Integral nas escolas públicas brasileiras, injetando recursos na escola, via o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, por reconhecer a necessidade que tem a educação brasileira de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que as quatro horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos. (SALVADOR, 2016 p.11).

Com a ideia de ampliar a jornada escolar e possibilitar a educação integral nas escolas públicas Estaduais, Municipais e Federais, o Programa Mais Educação desenvolve atividades como: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso das mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL VII, 2016). Em relação aos trabalhos a serem desempenhados no Programa Mais Educação, destaca-se o de monitoria:

O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas [...]. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio. Recomenda-se a não utilização de professores da própria escola para atuarem como monitores, quando isso significar ressarcimento de despesas de transporte e alimentação com recursos do FNDE. (BRASIL I 2004, p.10).

O Programa Mais Educação visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulações de políticas sociais e implementações de ações sócio-

educativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens. (SERGIPE, 2016).
Esclarece-se que:

O Programa Mais Educação tem como objetivos: (i) Elevar o índice de aprendizagem; (ii) Reduzir os índices de violência escolar; (iii) Retirar os alunos de situação vulnerabilidade, proporcionando melhor intercâmbio entre clientela e oportunizando ampliações de tempos e espaços educativos e culturais, aproximando a escola a sua comunidade; (iv) Criar um clima favorável pedagógico onde toda a escola se envolva no processo, por meio do Projeto Político Pedagógico. (SERGIPE, 2016).

Portanto, a criação do Programa Mais Educação pelo Governo Federal visa tirar o máximo que puder os alunos da ociosidade, e, principalmente, das ruas devido ao fato de muitos pais trabalharem e não terem tempo de cuidar dos filhos e por isso optam por deixarem os mesmos em período integral. Os alunos fazem atividades diferentes das que são realizadas em horário escolar normal das aulas, com isso desenvolvendo novas perspectivas.

É importante destacar que não é só o aluno que se beneficia com o Programa Mais Educação, mas também os monitores contratados para esse trabalho, visto que é uma renda extra. Os monitores contratados na maioria das vezes são estudantes universitários ou até mesmo estudantes do ensino médio ou da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Então, fica claro que o Programa Mais Educação foi uma criação que realmente possibilitou mudança de perspectiva para todas as pessoas que dele participam.

Após descrever o Programa, o tópico seguinte explicará como ocorre o fornecimento da merenda escolar aos alunos do Mais Educação.

2.2 O Fornecimento da Merenda Escolar para os Alunos da Escola Pública Estadual no Programa Mais Educação

Os alunos participantes do Programa Mais Educação ficam na escola dois turnos: manhã e tarde, por esse motivo almoçam e lancham na mesma. O lanche é fornecido pela manhã e pela tarde, o qual é disponibilizado para todos os alunos da escola. O almoço é para os alunos do programa, pois os mesmos permanecem na escola em horário estendido. Todo esse processo de fornecimento de merenda escolar é acompanhado pelo Conselho de Alimentação Escolar - CAE, que tem como principal objetivo fiscalizar se a merenda escolar do programa está sendo fornecida de maneira desejável e correta. Esclarece-se que:

A própria Constituição do país afirma, em seu art. 208, incisos IV e VII, que a alimentação escolar é dever do Estado e um direito humano e social de toda criança e adolescente que frequentem a educação infantil e o ensino fundamental. Esse dever do Estado é efetivado mediante a execução do PNAE, coordenado pelo FNDE. (BRASIL II, 2008)

Portanto, está inserida no Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar - FNDE a realização do Programa de Alimentação Escolar - PNAE, que foi implantado em 1955 com a intenção de contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e criação de hábitos alimentares saudáveis, através da oferta de merenda escolar saudável e nutritiva. O PNAE atende a alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias. Os recursos do PNAE são cedidos pela União aos Estados e Municípios, cujos valores são definidos de acordo com a etapa e modalidade de ensino (BRASIL III, 2016). Esclarece-se que:

As políticas públicas a partir do processo de redemocratização do país têm impulsionado a participação da sociedade nas decisões políticas, acompanhando e fiscalizando o desenvolvimento das ações governamentais. Nesse sentido, no âmbito do PNAE, o Conselho de Alimentação Escolar, criado para acompanhar a execução do Programa, traduz a ideia primeira do chamado controle social (BRASIL IV 2004, p.16).

Salienta-se que não basta apenas que o CAE exista, é preciso que ele seja atuante, pois por meio do conselho a sociedade pode acompanhar de perto a implementação do programa e também fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros, evitando desvios e garantindo o direito de milhões de crianças e adolescentes à alimentação escolar. (BRASIL IV, 2004). Explica-se que: “cabe aos governos estaduais, distritais e municipais destinar dinheiro próprio para a alimentação escolar - seja para adquirir mais gêneros alimentícios, seja para arcar com as demais despesas relacionadas à execução do PNAE. (BRASIL IV 2004, p. 24).

O objetivo principal do PNAE é distribuir uma refeição diária ao aluno do ensino fundamental da rede pública nos duzentos dias letivos, de forma universalizada, suprimindo as necessidades nutricionais referentes ao período em que o mesmo estiver na escola. Desta forma, pressupõe-se que a alimentação escolar favoreça ao aluno um estado fisiológico adequado à aprendizagem, e cria, ainda, uma atrativa à frequência escolar. (IPARDS, 2007).

A alimentação escolar é importante para os alunos do Programa Mais Educação, uma vez que os mesmos passam o dia inteiro na escola e, para isso, precisam de alimentação correta. O cardápio deve ser feito de acordo com a escolha nutricional adaptada para que os alunos possam ter uma alimentação saudável. O governo tem a incumbência de repassar as verbas necessárias para que a merenda chegue às escolas. Por esse motivo foram criados os conselhos escolares, para que os mesmos se encarreguem de certificar que a merenda está sendo entregue para os alunos de maneira correta, para que o aluno esteja saudável e apto para mais um período de estudo.

3 O CONTROLE E A AUDITORIA NO ESTOQUE DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR

É importante conhecer os conceitos de controle e de auditoria e os seus respectivos procedimentos de realizações e, também, identificar os objetivos e a importância dos mesmos. De acordo com Gosh (2003 apud Lima, 2015, p.49):

O controle de estoques é a função da empresa que se preocupa com a aquisição, armazenagem, manuseio e uso dos estoques para garantir a disponibilidade de materiais sempre que necessários, mantendo provisões para contingências, visando à maximização da economia e a redução de perdas e desperdícios.

O controle de estoque de mantimentos da merenda escolar é muito importante para que não seja desperdiçado o recurso que o governo repassa para a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. Por meio do controle é possível verificar, entre outros, a falta ou o excesso de mantimentos comprados. Caso não haja controle fica difícil oferecer merenda escolar de qualidade para os alunos. Por exemplo, se houver a falta de mantimentos os alunos ficarão sem a merenda por alguns dias e se houver excesso poderá acontecer perda da validade, causando prejuízos. Devido a esses motivos é importante ter um controle diário dos mantimentos da merenda escolar.

Portanto, o controle de estoques dos mantimentos da merenda escolar pode ser visto como um sistema que garante o fornecimento dos materiais na quantidade, qualidade e tempo necessários e, ao mesmo tempo, evitando o investimento desnecessário em estoques (LIMA, 2015).

A auditoria oferece informações que contribuem para que se decida sobre a compra do mantimento, qual é o de melhor qualidade ou o melhor preço. Durante o processo de auditoria é possível verificar se o controle está auxiliando na compra dos mantimentos de forma correta; verificar se está havendo desvios por parte dos funcionários; determinar se a compra de mantimentos está de acordo com a necessidade da escola; verificar se existem mantimentos fora da validade, e outras informações que auxiliarão ao auditor emitir o parecer, para que haja melhoramentos no que se refere ao estoque de mantimentos da escola. Logo, é a partir do trabalho do Auditor que a empresa conseguirá realizar uma gestão mais segura e eficaz desde a entrada até a saída dos mantimentos.

3.1 O Controle no Estoque de Mantimentos da Merenda Escolar

O controle de estoque de mantimentos da merenda escolar é um processo que deve fazer parte da rotina da escola. Os autores Banzato et al. (2008, p.35) esclarecem que “O Controle de estoque refere-se à manutenção do nível correto de estoque e registro de sua manutenção. Lida, principalmente, com dados históricos”.

Por meio do controle é possível realizar os seguintes procedimentos: (i) organizar os mantimentos de acordo com a data de validade, para assim evitar desperdício; (ii) organizar o cardápio diário para saber a quantidade que sairá por dia, para evitar sobras; (iii) saber quando os mantimentos estão acabando, para realizar o processo de compras; (iv) separar o tipo de mantimento a fim de saber como se dará o processo de armazenagem, para não estragar e ter desperdício; (v) conferir se os mantimentos comprados condizem com o que está sendo utilizado no fornecimento da merenda.

Pode-se afirmar que controlar o estoque de mantimentos é um processo difícil, por se tratar de comida, o que requer mais atenção porque se não tiver cuidado, pode-se causar problemas de saúde no estudante alimentando, ou seja, os alimentos precisam estar com a validade em dias e devem ser armazenados em local adequado.

De acordo com Sá (2002, p.328): “O controle dos estoques não apresenta muitas modificações. A sua técnica central consiste em verificar as fases de compra, recepção, armazenagem, aplicação e variações. ”

Logo, o responsável pela realização desse processo deve ter atenção com a aquisição, forma de armazenamento, manipulação e a utilização dos mantimentos no momento da preparação da merenda escolar, para que forneça aos alunos uma comida saudável e com qualidade nutricional. Bem como, garantir que tenham mantimentos disponíveis de acordo com a quantidade correta e a necessidade que a escola terá para a preparação do alimento.

3.2 A Auditoria no Estoque de Mantimentos da Merenda Escolar

Através da auditoria de estoque vai ser possível emitir um parecer a fim de que a gestão possa reduzir os custos com os alimentos comprados e evitar o desperdício. Diversas situações serão verificadas por meio dos procedimentos de auditoria, entre elas: (i) se os alimentos adquiridos para a merenda escolar foram recebidos com suas respectivas notas fiscais e o valor condiz com o que foi acordado, para que após isso seja comprovado o custo

com a merenda; (ii) se as notas fiscais foram assinadas pelo funcionário responsável pelo recebimento do alimento; (iii) se foram feitas compras da quantidade de alimento necessária para atender a demanda de alunos; (iv) se os alimentos foram organizados de acordo com a validade, fazendo com que foram consumidos aqueles com a data de vencimento mais próxima, evitando o desperdício; (v) se existiu controle de entrada e saída do estoque dos alimentos adquiridos; (vi) se os alimentos foram embalados corretamente; (vii) se os alimentos foram guardados em local com condições ambientais necessárias para cada tipo (alimentos refrigerados e perecíveis), principalmente sem entrar em contato diretamente com o chão; (viii) verificar se houve controle do estoque em relação ao aspecto prazo de validade.

Esse processo é necessário para que haja uma melhor qualidade dos alimentos comprados e para evitar compras desnecessárias, reduzindo as despesas. Pode-se, através da auditoria de estoque, auxiliar a direção da escola para a efetivação de gestão eficiente e eficaz, uma vez que com a sugestão para criação de controle de estoque, por exemplo, ficará mais fácil realizar o trabalho.

Conforme Almeida (2010, p.191): “As atividades envolvendo a área de estoques oferecem ao auditor excelentes oportunidades para ele desenvolver recomendações construtivas, visando ao aprimoramento dos controles e reduções de custos.”

Assim sendo, a realização da auditoria servirá para monitorar se os controles existentes que estão sendo feitos encontram-se corretos. A partir daí o auditor poderá verificar se os mantimentos comprados serão utilizados para o uso na preparação da merenda escolar.

4 APLICAÇÕES DO CONTROLE E DA AUDITORIA NO ESTOQUE DE MANTIMENTOS DA MERENDA ESCOLAR

O estudo de caso sobre as aplicações do controle e da auditoria no estoque de mantimentos da merenda escolar foi desenvolvido na Escola Estadual Dr. Manuel Luiz, instituição da rede de ensino público estadual, do Estado de Sergipe.

A Escola Estadual Dr. Manuel Luiz está localizada na cidade de Aracaju. Desenvolve ensino fundamental, com turmas do 6º ao 9º ano. Possui duzentos e dez alunos divididos entre os turnos manhã e tarde. A escola possui a estrutura de: sete salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática, quadra de esportes, refeitório, dois banheiros, diretoria, sala dos professores e secretaria. É uma escola bastante organizada, a direção tem preocupação com a segurança de alunos e funcionários, por esse motivo a escola é monitorada por câmeras, desde a entrada.

Para o desenvolvimento desse estudo de caso foi feita uma entrevista com o diretor da escola e dois funcionários responsáveis pelo estoque mostraram como ocorre todo o processo informado pelo diretor em entrevista. Foi permitido o acesso a documentação que faz parte do processo de entrada e saída da merenda escolar, como: notas fiscais, cardápio, controle de estoque da merenda. Foi possível o acesso ao local de armazenagem dos mantimentos.

Na Escola Estadual Dr. Manuel Luiz existe o desenvolvimento do Programa Mais Educação, com participação de cento e vinte alunos divididos entre os turnos manhã e tarde. O programa possui cinco monitores que desenvolvem as atividades de: acompanhamento pedagógico; ciências; educação física; ética e cidadania e informática.

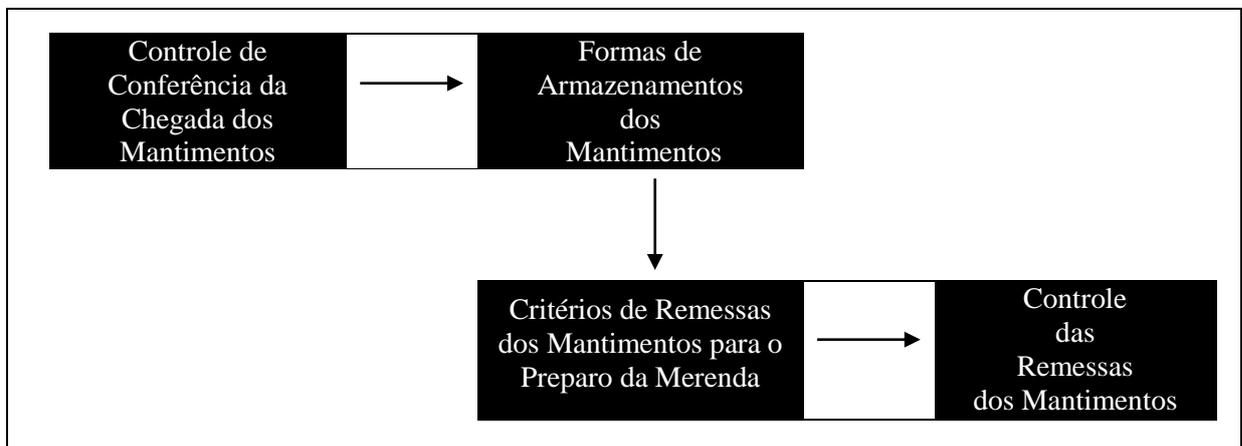
No acompanhamento pedagógico, o monitor auxilia os alunos nas atividades que foram realizadas no período normal das aulas, funcionando como uma espécie de reforço escolar. Nas aulas de ciências, o monitor trabalha com atividades relacionadas ao meio ambiente, estimulando o aluno para a preservação e cuidado com o meio ambiente. Na aula de educação física, os alunos são acompanhados na prática de esportes, como futebol, vôlei e basquete. Na aula de ética e cidadania, o monitor, através de materiais, discussões em grupo e debates, conscientiza o aluno sobre a importância de ser ético e um bom cidadão. Na aula de informática, os alunos aprendem informática básica, conhecendo um pouco de programação e como fazer jogos de computadores.

O aluno fica na escola das oito horas da manhã até às dezesseis horas e trinta minutos da tarde. Nesse período eles lancham pela manhã, almoçam e à tarde tem outro lanche. Vale salientar que a participação do aluno no Programa Mais Educação é optativa. Os pais ou responsáveis assinam o termo optando pela participação do aluno, a partir daí o aluno não poderá sair da escola fora do horário sem a devida autorização dos responsáveis.

Em relação às aplicações do controle e da auditoria no estoque de mantimentos da merenda escolar, a escola em estudo possui apenas dois tipos de controles de estoque: (i) o controle obrigatório, que tem que ser enviado mensalmente para a Secretaria de Estado da Educação e (ii) o controle feito pela direção da escola, objetivando a manutenção do controle interno diário.

A partir de uma entrevista realizada com o diretor da escola envolvida na pesquisa de campo foram verificados como são realizados os seguintes processos: Controle de Conferência da Chegada dos Mantimentos; Formas de Armazenamento dos Mantimentos; Critérios para a Remessa dos Mantimentos para o Preparo da Merenda e, por fim, Controle das Remessas dos Mantimentos. A figura abaixo proporciona uma melhor visualização desses processos.

FIGURA I: Processos de Controles Adotados na Escola em Estudo



Fonte: Elaborada pela Autora

Os processos de controles são desenvolvidos por meio de etapas específicas. O processo do “Controle de Conferência da Chegada dos Mantimentos” é realizado por dois funcionários. Este processo se inicia com o controle da chegada de mantimentos em dois turnos: no turno da manhã e no turno da tarde. Nesse processo o fornecedor entrega os mantimentos e a nota fiscal é conferida pelo funcionário responsável da escola. Após a

conferência todos os mantimentos são colocados na planilha de controle de entrada de estoque manual e depois entregues na secretaria da escola para, em seguida, serem inseridos na planilha de Excel, criada pela direção da escola. O objetivo da planilha é manter o controle atualizado, visto que a escola não possui um programa informatizado especialmente criado para o controle de estoque.

O processo do controle “Formas de Armazenamento dos Mantimentos” se inicia após o término do processo de conferência. O mesmo funcionário que recepcionou os mantimentos na chegada é o que executa o armazenamento dos respectivos alimentos no almoxarifado da cozinha. São armazenados em estantes, para os alimentos não refrigerados, e armazenados em dois freezers e uma geladeira, para os alimentos refrigerados.

Os mantimentos permanecem em suas embalagens e são colocadas etiquetas com o prazo de validade e sempre em posição da data de validade mais próxima a mais antiga de validade, para que sejam consumidos e não sejam desperdiçados, visto que não se podem ter alimentos vencidos. Esse processo é para todos os tipos de alimentos.

O processo do controle “Critérios para a Remessa dos Mantimentos para o Preparo da Merenda” é efetivado como base, inicialmente, em um cardápio de lanche e almoço que é preparado mensalmente pela secretaria da escola, feito de acordo com os mantimentos que chegam. A partir desse cardápio o funcionário responsável separa, pela manhã, os mantimentos necessários para o preparo da merenda. Em seguida, a merendeira prepara o lanche na manhã e o almoço de acordo com o que já foi destinado para esse turno. No período da tarde, a sistemática é diferenciada, uma vez que o lanche se divide entre frutas, bolinhos e biscoito, não tendo alimentos que precise de preparo.

O funcionário que fez a referida separação dos mantimentos para o lanche e almoço inclui, na planilha manual, a quantidade de saída do dia e entrega para a secretaria para o mesmo processo de inclusão na planilha de controle digital criada pela escola. O trabalho da merendeira é somente de preparo e entrega das refeições para os alunos.

O processo de “Controle das Remessas dos Mantimentos” é realizado da mesma maneira do controle de entrada: preenche-se uma planilha manual e, posteriormente, transcreve-se para planilha em Excel. O funcionário da manhã retira do estoque os mantimentos que serão utilizados para o lanche da manhã e para o almoço. O mesmo funcionário inclui na planilha manual as saídas, e entrega na secretaria para inclusão no Excel. Na merenda da tarde, ocorrem procedimentos idênticos aos da manhã: alimenta-se a planilha manual com a quantidade de mantimentos saídos e, posteriormente, transcreve-se para planilha em Excel.

Conforme foi apresentado, existe um número considerável de alunos que participam do projeto, e por isso se não tivesse um controle de estoque ficaria inviável a distribuição de merenda escolar, uma vez que poderia gastar muito mais do que o necessário, fato esse que ocasionaria uma falta de alimentos, ou até alimentos desperdiçados, por exemplo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que apesar de não ter um Sistema de controle de estoque específico e sim em planilha no Excel, a referida escola possui um controle interno da merenda muito organizado e com os processos seguidos corretamente pelos funcionários responsáveis. Vale ressaltar que é preciso que haja organização no controle de estoque interno, uma vez que, conforme constatado, a escola também é obrigada a preencher o controle enviado pela Secretaria de Estado da Educação, controle esse que precisa ser preenchido corretamente, para que numa eventual fiscalização a escola esteja resguardada documentalmente.

Durante a entrevista foi informado pelo diretor que a auditoria de estoque de mantimentos da merenda escolar não é realizada por funcionário da escola, mas sim por órgão de instância superior na administração escolar do Ente Federativo. Assim sendo, a auditoria de estoque de mantimentos da merenda escolar no Brasil é realizada pelo Ministério Público, que audita e fiscaliza o Departamento de Alimentação Escolar – DAE. Este departamento tem a função de fiscalizar se a merenda está sendo distribuída corretamente, bem como verificar a validade, a armazenagem e tudo que se refere aos processos de entrada, saída e controle do estoque da merenda escolar. Essa fiscalização é necessária a fim de evitar desperdício, desvios por parte dos funcionários ou até notas fiscais fraudadas.

4.1. Análises Críticas das Aplicações dos Controles e Auditorias pela Escola Pesquisada

Vale ressaltar que a escola precisa fazer o controle da merenda escolar corretamente, visto que precisa também alimentar a planilha de controle de estoque que é enviada mensalmente para a Secretaria da Educação. Tal planilha será utilizada posteriormente numa eventual fiscalização pelo Departamento de Alimentação Escolar - DAE. Então, o processo se resume em: (i) A escola faz o controle de estoque interno da merenda escolar; (ii) A escola alimenta o controle de estoque da merenda escolar da Secretaria da Educação; (iii) A Secretaria entrega as documentações de controle ao DAE; (iv) O DAE fiscaliza as escolas para verificação de eventuais desconformidades.

Pode-se perceber, durante as análises referentes ao controle interno de estoque, que a escola o mantém sempre organizado, com tudo etiquetado e armazenado. Mas a escola deveria implantar um sistema específico para interligar os dois controles, assim evitaria ter que preencher obrigatoriamente duas planilhas.

Quanto ao processo de auditoria, constatou-se que não há realização na escola. A auditoria é realizada no DAE pelo Ministério Público, que é o órgão que audita e fiscaliza as escolas através do DAE. Toda documentação que é entregue no DAE é fiscalizada pelo Ministério Público.

Segundo São Paulo (2004, p.10): “A fiscalização do recurso federal destinado à merenda cabe aos Conselhos de Alimentação Escolar nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e aos demais órgãos de controle interno e externo”. Os referidos órgãos de controle e auditoria são: Fundação Nacional de Desenvolvimento Educacional - FNDE, Tribunal de Contas da União - TCU, Ministérios Públicos: Estadual e Federal, além da Controladoria Geral da União – CGU.

A auditoria ocorre no DAE devido ao fato da escola ser apenas receptora da mercadoria e assina notas de recebimento. Todo o processo burocrático, a exemplo das compras da merenda e pagamentos são realizados entre a Secretaria de Educação e a empresa fornecedora da merenda.

Como não há auditoria na escola fica difícil a Secretaria de Educação ter o real conhecimento que está sendo repassada a quantidade correta de mantimentos, pois, o cardápio na escola em questão é seguido porque a direção é exigente e sempre está cobrando para que não ocorra erro, mas em outras escolas pode não haver essa cobrança e ocorrer falhas no repasse e com isso prejudicar o fornecimento da merenda escolar.

Diante do exposto, verificou-se que não há realizações de auditorias na escola deste estudo de caso. A razão desta evidência é justificada pelo fato de que a responsabilidade de fiscalizar a escola é do DAE, que é o responsável por quaisquer irregularidades. Entretanto, em relação ao controle da merenda escolar, na instituição de ensino desse estudo de caso, verificou-se que é realizado pela em duas frentes: primeira, como forma de organização interna, para que não falte alimento ou haja desperdício e, segunda, para que envie o controle para a Secretaria de Educação. interna, para que não falte alimento ou haja desperdício e, segunda, para que envie o controle para a Secretaria de Educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle e a auditoria de estoque na merenda escolar são ferramentas importantes para o aumento da credibilidade da escola pública, manutenção de uma alimentação saudável e diária para os alunos. O controle auxilia os órgãos de fiscalização a realizarem uma melhor verificação sobre a distribuição correta da merenda. Por outro lado, a auditoria auxilia o Ministério Público a fiscalizar e auditar os departamentos de administração escolar com maior eficiência, por ter todos os documentos necessários e em ordem, para realizar o processo.

Este estudo de caso atingiu o objetivo geral e os objetivos específicos propostos, uma vez que apresentou as especificidades do controle de recebimentos, armazenamentos e utilizações de mantimentos da merenda escolar em instituição pública de ensino. Além disso, abordou sobre a importância da auditoria para o controle dos estoques de mantimentos da merenda escolar em instituição pública de ensino, identificando e analisando a aplicação do controle e da auditoria dos estoques de mantimentos da merenda escolar nessa modalidade de instituição.

Conforme dados que foram verificados durante o estudo de caso, identificou-se que a direção da escola pública pesquisada trabalha de forma transparente e que dá importância à realização do controle. Observou-se que, além do controle obrigatório que deve ser enviado à Secretaria de Educação, a direção criou seu próprio controle. Foi verificado, também, que o processo de auditoria não é realizado na própria escola e sim por órgão de governo, que fiscaliza as atividades da escola.

Assim sendo, em relação à problemática desta pesquisa “as escolas aplicam as técnicas de controle e de auditoria de estoques de mantimentos da merenda escolar de forma eficiente, utilizando-as como instrumentos facilitadores da gestão”, afirma-se que a escola deste estudo de caso utiliza, de forma eficiente, o controle e a auditoria como instrumentos facilitadores da gestão, conforme as seguintes atuações: (i) as técnicas de controle de estoques de mantimentos da merenda escolar são aplicadas internamente, por meio de operações específicas de verificações das ações e (ii) a auditoria de estoques de mantimentos da merenda escolar é aplicada indiretamente, por meio de órgão superior do sistema educacional do Estado.

Dessa maneira, é possível afirmar que as ferramentas de auditoria e controle do estoque para a merenda escolar aplicadas na escola pública desse estudo de caso são de fundamental relevância pelo fato de oportunizar as produções de informações, que se forem usadas corretamente auxiliam o gestor na tomada das decisões sobre a quantidade e qualidade de mantimentos a serem distribuídos para as escolas, como também são ferramentas que permitem que a sociedade, através de publicações, saber onde estão sendo aplicados os recursos destinados a merenda escolar. Sugere-se que haja pesquisa de como a Auditoria é realizada no DAE, a fim de verificar se há necessidade da realização também na instituição pública de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 7ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.

BANZATO, Eduardo et al. **Atualidades na Armazenagem**. 2ª ed. São Paulo, IMAM, 2008.

BRASIL I. Ministério da Educação. **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>. Brasília, 2004. Acesso em: 07/10/2016.

BRASIL II. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE/MEC/FNDE/SEED**. 2ª edição. Brasília, 2008. Disponível em: ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_cursista_conteúdo.pdf. Acesso em: 03/09/2016.

BRASIL IV. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação/Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao>. Brasília, 2016. Acesso em: 03/09/2016.

BRASIL VI. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf. Brasília, 2004. Acesso em: 07/10/2016.

BRASIL V. Senado Federal. **Lei das Diretrizes e Bases as Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>. Brasília, 2005. Acesso em: 07/10/2016.

BRASIL VII. Ministério da Educação. **Notícias sobre o Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32787>. Brasília, 2016. Acesso em: 17/09/2016.

BRASIL III. Ministério da Educação. **Sobre o PNAE**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Brasília, 2016. Acesso em: 07/10/2016.

DOURADO, Luíz Fernandes. Ministério da Educação. **Gestão da educação Escolar**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11591-gestaodaeducacaoescolar-140912&Itemid=30192. Brasília, 2012. Acesso em: 18/09/2016.

IPARDS. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_113_marcia.pdf. Paraná, 2007. Acesso em: 18/09/2016.

LIMA, Rafael. **Operação e Controle de Estoques**. 1ª ed. Rio de Janeiro, SESES, 2015.

OLIVEIRA J.; MORAES K.; DOURADO L. Ministério da Educação. **Políticas na Gestão da Educação**. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf. Brasília, 2016. Acesso em: 18/09/2016.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 4ª ed. São Paulo, Método, 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 10ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. **Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/portais/maiseducacao/orientacao.asp>. Salvador, 2016. Acesso em: 08/10/2016.

SÃO PAULO. Ministério Público Federal. **Vamos fiscalizar a Merenda Escolar**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/ccr5/publicacoes/publicacoesdiversas/cartilha.pdf>. Acesso em: 08/10/2016.

SERGIPE. Secretaria do Estado da Educação. **Orientação para o funcionamento do Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/portais/maiseducacao/orientacao.asp>. Sergipe, 2016. Acesso em: 07/10/2016.

PINTO, Maria Cecília Ferreira; DA SILVA, Francielle Molon. Gestão de Pessoas na Administração Pública Brasileira: uma análise sobre sua evolução histórica e o atual contexto em transformação. **Revista Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 1, n. 2, p. 01-16, 2015.

ABSTRACT

The control and audit of the school meals are necessary techniques for improving the quality of transfer of supplies purchased for the school, as well as find out if there is anything wrong throughout the process which begins in the acquisitions of supplies to the supply of food to students. There are control and audit applications by Government Education Secretariat, in order to avoid detours, excessive purchases of food and the lack of same. You can verify the validity of the supplies, the storage and the correct application of the menu set, avoiding waste. The problems of this research is the effective use of the technique of control and audit by public school, facilitating the management process. The main objective of this study is the identification and analysis of the uses of control and audit techniques in public school. The specific objectives are: to present the specifics of receiving, storage and utilization of supplies in the preparation of school lunches; address about the importance of auditing and inventory control of supplies school meals to attend public school; identify and analyze control and audit techniques applied in school lunches. The methodology's bibliographic research, with case study. The results show that the control and auditing of stock supplies school meals are necessary and important techniques in order to meets the needs of students and, therefore, impact on effective management of schools.

Keywords: Control and Audit. School Lunches. School Management.

APÊNDICE ÚNICO

Roteiro da Entrevista do Estudo de Casos



Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe

Associação de Ensino e Pesquisa "Graccho Cardoso"

Autorizada a funcionar por intermédio da Portaria Ministerial nº 2.246 de 19/12/1997

Roteiro de Entrevista de Pesquisa

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Data: Set/2016

Professor Orientador: Cantidiano Novais Dantas

Pesquisadora: CHRISTIANE CARMO DOS SANTOS

Questões Bases

1. Existe o desenvolvimento do Programa Mais Educação?
2. Quantos alunos participam do programa? A participação do aluno é obrigatória?
3. Quais os profissionais realizadores do programa?
4. Qual o período de permanência do aluno na escola?
5. Quantas e quais as alimentações que são fornecidas aos alunos?
6. Qual a sua participação no processo de fornecimento da merenda escolar, nesta instituição de ensino?
7. A escola realiza controle e da auditoria no estoque de mantimentos da merenda escolar?
8. Quais tipos e controles e auditorias são realizados pela escola, no estoque de mantimentos da merenda escolar?
9. Existe processo de controle e auditoria do estoque mantimentos da merenda escolar? Quais são eles?
10. Como você avalia a realização dos processos de controles e auditorias realizados pela escola?

ANEXO II

Planilha de Controle Mensal de Gêneros Alimentícios das Unidades Escolares



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTROLE MENSAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DAS UNIDADES ESCOLARES
CLIENTELA ATENDIDA: 100
Código: 200396-88
Nome da unidade: Escola Estadual "Dr. Manoel Luiz"

Mês: maio ANO: 2018-2ª PARTE DE MAIO

NÚMERO ORDEM	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	TIPO EMBALAGEM	PRAZO DE VALIDADE	SALDO ANTERIOR	QUANTIDADE		SALDO ATUAL
					RECEBER	CONSUMIDA	
1	REPOLHO	Kg		03	-	03kg	-
2	Pimentão5 kg	kg		06	06 kg	06 kg	09 kg
3	Inhamo	Kg		-	28 kg	28 kg	-
4	Laranja	Pct		-	41 kg	41 kg	-
5	Carnes Calabresa	kg		-	03 pc	03 pc	-
6	Maqui	Kg		-	82 kg	82 kg	-
7	Cebola	Kg		43 kg	14 kg	20 kg	30 kg
8	Farinha de milho	Kg		-	102 kg	57 kg	57 kg
9	Achic	kg		-	17	03	14 pt
10	Pito	kg		-	407	407	-
11	Molho de tomate	kg		-	33	07	26
13	BalaTA DOCE	KG		-	37 KG	37 KG	-
15							
16							
21							
22							
23							
24							
27							
28							
29							
31							
32							
33							
34							
35							
36							
38							
39							

Anexo SE/07/06/18

Diretor(a) da unidade escolar

Responsável pela merenda na unidade escolar